

Coluna do Castello

Omissão na hora difícil

A seção do PMDB fluminense cogitava ontem de emitir comunicado oficial de repúdio à agressão de que foi vítima o presidente José Sarney, que alia à condição de presidente da República a de presidente de honra do partido. Até aqui nenhuma das agremiações que constituem a base política do governo e que são responsáveis pela ascensão do chefe do governo e por sua sustentação se lembrou de praticar tal solidariedade, que parece no entanto indispensável, dada a gravidade das agitações que redundaram nos fatos ocorridos em frente ao Paço Imperial.



Nem o PMDB nem o PFL se manifestaram, a não ser através de declarações pessoais de políticos, quando solicitados por jornalistas. Também os 23 governadores estaduais não se acharam no dever de solidarizar-se nesta conjuntura com o presidente da República, o qual tecnicamente refluí, como base de sustentação, à superfície militar que o ampara. Seria natural que, dentro desse quadro, o sr José Sarney pensasse ou admitisse o apelo à Lei de Segurança Nacional como instrumento para reprimir a agressão de que foi vítima.

A invocação dessa lei, no entanto, não favorece o presidente, na medida em que com isso constrange a nação com o recurso a um instrumento que foi objeto de repúdio nacional ao longo dos últimos anos e que, apesar de reformada, ainda guarda nos seus refolhos o espírito da ditadura. Há a legislação civil, o Código Penal, que pode remediar a questão, que, se tem seu aspecto criminal, não encontra aí seu traço mais relevante. Esse está sem dúvida na característica política das manifestações programadas no Rio, com prévio conhecimento do sistema de segurança do governo e que detonaram o ato classificado pelo governo de atentado. "Não fosse o sr José Sarney um homem tão humilde e sensato", observou o deputado Jorge Gama ao governador de Brasília, "e a cena teria se transformado numa tragédia".

O senador José Richa já manifestou o sentimento dominante no seu partido de rejeição do recurso à Lei de Segurança Nacional para enquadrar e eventualmente punir os culpados que forem identificados pela Polícia Federal. Mas nada disse sobre o comportamento do seu partido em relação

ao assunto. É claro que o presidente José Sarney não corre os riscos da impopularidade por conta própria, mas por conta sobretudo do PMDB. Não lhe cabe a responsabilidade por ter recebido a Presidência da República no desfecho de uma tragédia humana, e ele tem feito o possível para atender ao PMDB, a quem deu o Plano Cruzado, embora à sua revelia, para que nele se espojasse em votos e nas mil cintilações do seu próprio êxito.

O malogro do Plano Cruzado, que desfecho a queda da sua popularidade, foi fruto de um pacote elaborado por economistas do PMDB e conduzido sob o batuta de um político visionário que tentou preservar sua liderança com o pacote do PMDB, a quem cortejou com a decretação da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. O presidente José Sarney não conseguiu fazer o substituto do sr Dílson Funaro. O PMDB vetou sua primeira escolha, o governador Tasso Jereissati, e não definiu sua opção pelo pemedebista Rafael de Almeida Magalhães. O sr Bresser Pereira foi indicado pelo sr Ulysses Guimarães, a quem o presidente deu a honra de anunciar seu advento à nação.

Agora é o PMDB quem váia o ministro Bresser Pereira e debocha do seu plano, como se nada tivesse com isso. O presidente José Sarney não tem obrigação de ter planos de governo, que lhe caiu às mãos por obra de um arranjo da oposição com dissidentes do sistema de apoio ao governo Figueiredo. Ele não tem partido, pois o PMDB não o assimilou, nem um grande estado à sua retaguarda. Os planos deveriam ser elaborados pelos partidos que lhe dão suporte político e parlamentar, mas que, ao invés de enfrentar as questões reais, desentendem-se no seio de uma Assembléia Constituinte que, instalada em fevereiro, ainda não elaborou um perfil da futura Constituição. Há um boneco incoerente e disforme, e sobre ele, tentando dar-lhe fisionomia, incidem menos os partidos e mais os lobistas de todas as origens que se erigem em costureiros dessa colcha de retalhos que ameaça ser promulgada até o fim do ano.

Ao invés de se construir um instrumento de conciliação nacional e de progresso, levanta-se um monumento à discórdia, à radicalização, ao oportunismo, às vezes à ingenuidade, quando não ao interesse de grupos sociais, funcionais ou empresariais que se avançam nos corredores do Congresso.

É claro que, dentro de um quadro no qual o governo não tem sustentação para governar nem perspectiva de obter da Constituinte um instrumento válido de conciliação nacional, o presidente José Sarney está carente de condições para repor a confiança popular numa liderança tão desassistida política, técnica e moralmente. Velhos homens públicos, que ultrapassaram os 80 anos, alarmam-se com o ineditismo da situação brasileira, mas nem eles nem ninguém com eminência para constituir conselhos estão mobilizados para dar ao chefe do governo o amparo da experiência e da sabedoria que costumam suprir o oportunismo dos políticos que só pensam no seu próprio destino.

Carlos Castello Branco